

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO



Fundo Administração Local

**Inventário Administração dos Concelhos**  
*Registo dos não católicos*

Aveiro



Ficha técnica MIP

Título: Inventário Fundo Administração Local

Autor: Porfírio Correia

Id.

Classificação: 270.01.03

Descritores: inventários, promoção do património, descrição, Fundo Paroquial, Registo Civil, Arquivo Nacional Torre do Tombo

Data/Hora: 2015-02-23

Formato de dados: Texto, PDF

Estatuto de utilização: Acesso público

Relação: versão - 1.0

Localização: disponível em WWW: <http://adavr.dglab.gov.pt/fundos-e-coleccoes/paroquiais/>

©ADAVR, 2015

## Conteúdo

Administração do Concelho de Águeda - PT/ADAVR/AL/ACAGD .....	4
<i>Série 001: Registos de Nascimento</i> [1909-03-15 / 1911-03-25] .....	5
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1905-11-03 / 1911-03-14].....	5
<i>Série 003: Registos de Óbito</i> [1910-01-29   1910-01-29] .....	5
Administração do Concelho de Anadia - PT/ADAVR/AL/ACAND .....	6
<i>Série 001: Registos de Nascimento</i> [1891-05-02 / 1911-03-31] .....	7
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1911-02-08 / 1911-03-22].....	7
<i>Série 011: Duplicados dos registos de nascimento</i> [1891-05-02 / 1911-03-31] .....	7
<i>Série 002: Duplicados dos registos de Casamento</i> [1911-02-08 / 1911-03-22] .....	7
Administração do Concelho de Aveiro - PT/ADAVR/AL/ACAVR.....	8
<i>Série 001: Registos de Nascimento</i> [1882-05-20 / 1897-02-08] .....	9
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1887-01-19 / 1898-05-28].....	9
<i>Série 003: Registos de Óbito</i> [1883-09-30 / 1897-09-08].....	9
<i>Série 011: Duplicados de registos de Nascimento</i> [1882-05-20 / 1882-05-20].....	10
Administração do Concelho de Espinho - PT/ADAVR/AL/ACESP .....	11
<i>Série 001: Registos de Nascimento</i> [1903-12-05 / 1911-03-31] .....	12
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1910-03-21 / 1910-12-02].....	12
<i>Série 003: Registos de Óbito</i> [1903-12-04   1903-12-04].....	12
Administração do Concelho de Estarreja - PT/ADAVR/AL/ACETR.....	13
<i>Série 001: Registos de Nascimento</i> [1910-11-15 / 1911-03-30] .....	14
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1910-11-08 / 1910-11-08].....	14
<i>Série 003: Registos de Óbito</i> [1907-02-17   1907-02-17] .....	14
Administração do Concelho de Ílhavo - PT/ADAVR/AL/ACILH.....	15
<i>Série 001: Registos de Nascimento</i> [1880-03-12 / 1902-05-28] .....	16
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1910-11-09 / 1910-11-09].....	16
<i>Série 003: Registos de Óbito</i> [1882-03-27   1905-11-13] .....	16
Administração do Concelho da Mealhada- PT/ADAVR/AL/ACMLD .....	17
<i>Série 001: Registos de Nascimento</i> [1906-12-01 / 1906-12-01] .....	18
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1911-02-16 / 1911-02-16].....	18
<i>Série 011: Duplicados dos registos de Nascimento</i> [1906-12-01 / 1906-12-01].....	18
<i>Série 012: Duplicados dos registos de Casamento</i> [1911-02-16 / 1911-02-16].....	18
Administração do Concelho de Oliveira do Bairro - PT/ADAVR/AL/ACOLB .....	19
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1910-10-31 / 1911-03-22].....	20
Administração do Concelho de Santa Maria da Feira - PT/ADAVR/AL/ACVFR .....	21
<i>Série 001: Registos de Nascimento</i> [1895-07-15 / 1895-07-15] .....	22
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1901-11-25 / 1910-12-23].....	22
<i>Série 003: Registos de Óbito</i> [1896-08-11   1896-08-11] .....	22
<i>Série 012: Duplicados dos registos de Casamento</i> [1901-11-25 / 1910-12-23].....	22
Administração do Concelho de Vagos - PT/ADAVR/AL/ACVGS .....	23
<i>Série 002: Registos de Casamento</i> [1896-11-09 / 1911-01-28].....	24

## **Administração do Concelho de Águeda - PT/ADAVR/AL/ACAGD**

**Datas de produção: 1905-11-03 / 1911-03-25**

### **História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Civis.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 4 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 001: Registos de Nascimento [1909-03-15 / 1911-03-25]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas em Águeda, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1880-03-12	1880-03-12	PT/ADAVR/AL/ACAGD/001/0001	D5.A1.Cx0002	1 liv. (31 fol.)	

**Série 002: Registos de Casamento [1905-11-03 / 1911-03-14]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis em Águeda, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
30-11-1905	14-03-1911	PT/ADAVR/AL/ACAGD/002/0002	D5.A1.Cx0002	1 liv. (25 fol.)	
04-08-1908	04-08-1908	PT/ADAVR/AL/ACAGD/002/0003	D5.A1.Cx0002	1 liv. (15 fol.)	Este livro contem apenas um registo de dispensa para casamento civil.

**Série 003: Registos de Óbito [1910-01-29 | 1910-01-29]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a óbitos de não católicos em Águeda, designadamente o nome do falecido, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do óbito.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos óbitos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
29-01-1910	29-01-1910	PT/ADAVR/AL/ACAGD/003/0004	D5.A1.Cx0002	1 liv. (24 fol.)	Este livro contem apenas um registo de óbito. Em anexo tem apenas um certidão de óbito

## Administração do Concelho de Anadia - PT/ADAVR/AL/ACAND

**Datas de produção:** 1891-05-02 / 1911-03-31

### **História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Cívicos.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 4 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 001: Registos de Nascimento [1891-05-02 / 1911-03-31]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas em Anadia, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1891-05-02	31-03-1911	PT/ADAVR/AL/ACAND/001/0001	D5.A1.Cx0002	1 liv. (38 fol.)	

**Série 002: Registos de Casamento [1911-02-08 / 1911-03-22]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis em Anadia, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
08-02-1911	22-03-1911	PT/ADAVR/AL/ACAND/002/0002	D5.A1.Cx0002	1 liv. (38 fol.)	O livro contem em apenso os processos de casamento

**Série 011: Duplicados dos registos de nascimento [1891-05-02 / 1911-03-31]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas em Anadia, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1891-05-02	31-03-1911	PT/ADAVR/AL/ACAND/011/0003	D5.A1.Cx0002	1 liv. (38 fol.)	

**Série 002: Duplicados dos registos de Casamento [1911-02-08 / 1911-03-22]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis em Anadia, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
08-02-1911	22-03-1911	PT/ADAVR/AL/ACAND/012/0004	D5.A1.Cx0002	1 liv. (38 fol.)	

## Administração do Concelho de Aveiro - PT/ADAVR/AL/ACAVR

**Datas de produção:** 1882-05-20 / 1898-05-28

### **História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Cíveis.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 12 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 001: Registos de Nascimento** [1882-05-20 / 1897-02-08]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas no concelho de Aveiro, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1882-05-20	1882-05-20	PT/ADAVR/AL/ACAVR/001/0001	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem apenas um assento
1883-11-24	1883-11-24	PT/ADAVR/AL/ACAVR/001/0002	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem apenas um assento
1885-09-30	1885-09-30	PT/ADAVR/AL/ACAVR/001/0003	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem apenas um assento
1890-09-24	1890-09-24	PT/ADAVR/AL/ACAVR/001/0004	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem apenas um assento
1897-02-08	1897-02-08	PT/ADAVR/AL/ACAVR/001/0005	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem apenas um assento

**Série 002: Registos de Casamento** [1887-01-19 / 1898-05-28]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis no concelho de Aveiro, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1887-01-19	1887-01-19	PT/ADAVR/AL/ACAVR/002/0006	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem um assento de casamento
1895-06-14	1895-06-14	PT/ADAVR/AL/ACAVR/002/0007	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem um assento de casamento
1898-05-28	1898-05-28	PT/ADAVR/AL/ACAVR/002/0008	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem um assento de casamento

**Série 003: Registos de Óbito** [1883-09-30 / 1897-09-08]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a óbitos de não católicos no concelho de Aveiro designadamente o nome do falecido, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do óbito.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos óbitos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1883-09-30	1883-09-30	PT/ADAVR/AL/ACAVR/003/0009	D5.A1.Cx0004	1 liv.	Este livro contem um registo de óbito
1891-03-06	1891-03-06	PT/ADAVR/AL/ACAVR/003/0010	D5.A1.Cx0004	1 liv.	Este livro contem um registo de óbito
1897-09-08	1897-09-08	PT/ADAVR/AL/ACAVR/003/0011	D5.A1.Cx0004	1 liv.	Este livro contem um registo de óbito

**Série 011: Duplicados de registos de Nascimento [1882-05-20 / 1882-05-20]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas no concelho de Aveiro, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1882-05-20	1882-05-20	PT/ADAVR/AL/ACAVR/011/0012	D5.A1.Cx0004	1 liv.	O livro contem apenas um assento

**Administração do Concelho de Espinho - PT/ADAVR/AL/ACESP****Datas de produção: 1903-12-04 / 1911-03-31****História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Civis.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 4 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 001: Registos de Nascimento** [1903-12-05 / 1911-03-31]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas em Espinho, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
05-12-1903	15-10-1910	PT/ADAVR/AL/ACESP/001/0001	D5.A1.Cx0004	1 liv.	
15-10-1910	31-03-1911	PT/ADAVR/AL/ACESP/001/0002	D5.A1.Cx0004	1 liv.	

**Série 002: Registos de Casamento** [1910-03-21 / 1910-12-02]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis em Espinho, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
21-03-1910	02-12-1910	PT/ADAVR/AL/ACESP/002/0003	D5.A1.Cx0004	1 liv.	

**Série 003: Registos de Óbito** [1903-12-04 | 1903-12-04]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a óbitos de não católicos em Espinho, designadamente o nome do falecido, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do óbito.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos óbitos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
04-12-1903	04-12-1903	PT/ADAVR/AL/ACESP/003/0004	D5.A1.Cx0004	1 liv.	Este livro não contém qualquer registo de óbito

## Administração do Concelho de Estarreja - PT/ADAVR/AL/ACETR

**Datas de produção:** 1907-02-17 / 1911-03-30

### **História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Civis.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 3 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 001: Registos de Nascimento** [1910-11-15 / 1911-03-30]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas em Estarreja, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1910-11-15	1911-03-30	PT/ADAVR/AL/ACETR/001/0001	D5.A1.Cx0003		

**Série 002: Registos de Casamento** [1910-11-08 / 1910-11-08]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis em Estarreja, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1910-11-08	1910-11-08	PT/ADAVR/AL/ACETR/002/0002	D5.A1.Cx0003		

**Série 003: Registos de Óbito** [1907-02-17 | 1907-02-17]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a óbitos de não católicos em Estarreja, designadamente o nome do falecido, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do óbito.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos óbitos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1910-01-29	1910-01-29	PT/ADAVR/AL/ACETR/003/0003	D5.A1.Cx0003	1 liv. (24 fol.)	Este livro contém apenas um registo de óbito. Em anexo tem apenas um certidão de óbito

## Administração do Concelho de Ílhavo - PT/ADAVR/AL/ACILH

**Datas de produção:** 1880-03-12 / 1910-11-09

### **História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Cívicos.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 7 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 001: Registos de Nascimento [1880-03-12/ 1902-05-28]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas no concelho de Ílhavo, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1880-03-12	1880-03-12	PT/ADAVR/AL/ACILH/001/0001	D5.A1.Cx0001	1 liv. (31 fol.)	
1882-10-09	1889-12-13	PT/ADAVR/AL/ACILH/001/0002	D5.A1.Cx0001	1 liv. (29 fol.)	
1902-05-28	1902-05-28	PT/ADAVR/AL/ACILH/001/0003	D5.A1.Cx0001	1 liv. (6 fol.)	
1909-04-05	1909-04-05	PT/ADAVR/AL/ACILH/001/0008	D5.A1.Cx0001	1 liv. (30 fol.)	O presente livro contém apenas um registo de nascimento.
1910-10-15	1910-10-22	PT/ADAVR/AL/ACILH/001/0009	D5.A1.Cx0001	1 liv. (30 fol.)	O presente livro contém dois registos de nascimento.

**Série 002: Registos de Casamento [1910-11-09 / 1910-11-09]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis no concelho de Ílhavo, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1910-11-09	1910-11-09	PT/ADAVR/AL/ACILH/002/0004	D5.A1.Cx0001	1 liv. (30 fol.)	

**Série 003: Registos de Óbito [1882-03-27| 1905-11-13]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a óbitos de não católicos em Ílhavo, designadamente o nome do falecido, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do óbito.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos óbitos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1882-03-27	1882-03-27	PT/ADAVR/AL/ACILH/003/0005	D5.A1.Cx0001	1 liv. (29 fol.)	
1903-06-09	1903-06-09	PT/ADAVR/AL/ACILH/003/0006	D5.A1.Cx0001	1 liv. (4 fol.)	
1905-11-13	1905-11-13	PT/ADAVR/AL/ACILH/003/0007	D5.A1.Cx0001	1 liv. (4 fol.)	

## Administração do Concelho da Mealhada- PT/ADAVR/AL/ACMLD

**Datas de produção:** 1906-12-04 / 1911-02-16

### **História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Cívicos.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 4 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 001: Registos de Nascimento [1906-12-01 / 1906-12-01]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas no concelho da Mealhada, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil. Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1906-12-04	1906-12-04	PT/ADAVR/AL/ACMLD/001/0001	D5.A1.Cx0003	1 liv.	

**Série 002: Registos de Casamento [1911-02-16 / 1911-02-16]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis no concelho da Mealhada, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil. Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1911-02-16	1911-02-16	PT/ADAVR/AL/ACMLD/002/0002	D5.A1.Cx0003	1 liv.	

**Série 011: Duplicados dos registos de Nascimento [1906-12-01 / 1906-12-01]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas no concelho da Mealhada, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil. Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1906-12-04	1906-12-04	PT/ADAVR/AL/ACMLD/011/0001	D5.A1.Cx0003	1 liv.	

**Série 012: Duplicados dos registos de Casamento [1911-02-16 / 1911-02-16]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis no concelho da Mealhada, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil. Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1910-10-31	1911-02-16	PT/ADAVR/AL/ACMLD/012/0002	D5.A1.Cx0003	1 liv.	

**Administração do Concelho de Oliveira do Bairro - PT/ADAVR/AL/ACOLB****Datas de produção: 1910-10-31 / 1911-03-22****História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Civis.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 1 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 002: Registos de Casamento** [1910-10-31 / 1911-03-22]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis no concelho de Oliveira do Bairro, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar , de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

<b>Data inicial</b>	<b>Data Final</b>	<b>Código de Referência</b>	<b>Localização</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Notas</b>
1910-10-31	1911-03-22	<b>PT/ADAVR/AL/ACOLB/002/0001</b>	D5.E1A.Cx0005	1 liv.	

**Administração do Concelho de Santa Maria da Feira - PT/ADAVR/AL/ACVFR****Datas de produção: 1901-11-25 / 1910-12-23****História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Cívicos.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 4 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 001: Registos de Nascimento** [1895-07-15 / 1895-07-15]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a pessoas nascidas no concelho de Santa Maria da Feira, designadamente o nome, sexo, filiação, naturalidade e residência dos pais e respetiva profissão, nomes dos avós, hora e dia do nascimento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil. Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos nascimentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1895-07-15	1895-07-15	PT/ADAVR/AL/ACVFR/001/0001	D5.A1.Cx0003	1 liv.	Retirado à consulta devido ao mau estado de conservação. Para sua preservação o livro foi microfilmado e/ou digitalizado e o acesso só é concedido por meio desse suporte.

**Série 002: Registos de Casamento** [1901-11-25 / 1910-12-23]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis no concelho de Santa Maria da Feira, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil. Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1901-11-25	1910-12-23	PT/ADAVR/AL/ACVFR/002/0002	D5.A1.Cx0003	1 liv.	Retirado à consulta devido ao mau estado de conservação. Para sua preservação o livro foi microfilmado e/ou digitalizado e o acesso só é concedido por meio desse suporte.

**Série 003: Registos de Óbito** [1896-08-11 | 1896-08-11]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a óbitos de não católicos no concelho de Santa Maria da Feira, designadamente o nome do falecido, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do óbito. Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos óbitos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1896-08-11	1896-08-11	PT/ADAVR/AL/ACVFR/003/0003	D5.A1.Cx0003	1 liv.	Retirado à consulta devido ao mau estado de conservação. Para sua preservação o livro foi microfilmado e/ou digitalizado e o acesso só é concedido por meio desse suporte.

**Série 012: Duplicados dos registos de Casamento** [1901-11-25 / 1910-12-23]

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis no concelho de Santa Maria da Feira, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil. Ao abrigo do Decreto Regulamentar, de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

Data inicial	Data Final	Código de Referência	Localização	Dimensão	Notas
1901-11-25	1910-12-23	PT/ADAVR/AL/ACVFR/012/0004	D5.A1.Cx0003	1 liv.	Retirado à consulta devido ao mau estado de conservação. Para sua preservação o livro foi microfilmado e/ou digitalizado e o acesso só é concedido por meio desse suporte.

## Administração do Concelho de Vagos - PT/ADAVR/AL/ACVGS

**Datas de produção:** 1896-11-09 / 1911-01-28

### **História biográfica/administrativa:**

Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835.

As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos (Livro 1, Título 62). Nessa conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, o registo de hipotecas, etc. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356, de 8 de Janeiro de 1924, acabaria por suprimir o cargo de Administrador do Concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Cíveis.

O Decreto nº 14 812, de 31 de Dezembro de 1927, viria a extinguir os serviços das administrações dos concelhos, mantendo-os, porém, naqueles que não fossem sede de distrito. Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação deste fundo existente no Arquivo Distrital de Aveiro compõe-se na sua maior parte de livros de registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos de não católicos até ao ano de 1911.

**Dimensão:** 1 liv.

**Acesso:** Comunicável, sem restrições legais.

**Reprodução:** Reprodução sujeita a restrições atendendo ao número, tipo de documento, estado de conservação. Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Série 002: Registos de Casamento [1896-11-09 / 1911-01-28]**

**Âmbito e conteúdo:** Contém elementos de identificação relativos a casamentos civis no concelho de Vagos, designadamente o nome dos cônjuges, filiação, naturalidade e residência, hora e dia do casamento, identificação das testemunhas e assinaturas das testemunhas, declarante e administrador do concelho, como oficial do registo civil.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar , de 28 de Novembro de 1878 (título 5º, artº 3º, nº 1º), competia ao Administrador do Concelho escrever e verificar o registo dos casamentos dos portugueses não católicos, que nascessem desde o dia 1 de Janeiro de 1879 em diante.

<b>Data inicial</b>	<b>Data Final</b>	<b>Código de Referência</b>	<b>Localização</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Notas</b>
1896-11-09	1911-01-28	<b>PT/ADAVR/AL/ACVGS/002/0001</b>	D5.A1.Cx0002	1 liv.	